



Relatório e Contas 2024

Willis – Corretores de Seguros, S.A.

1. *Handwritten signature*

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2024

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem e consultoria no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 1º piso – Sala 5, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos relativamente ao exercício de 2024, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Breve enquadramento macroeconómico em 2024

Segundo as estimativas do INE, em 2024, a economia portuguesa cresceu 1,9%. Ficando abaixo do crescimento registado em 2023 (2,3 %). Mesmo assim este crescimento superou a maioria das previsões, incluindo a do Governo que previa um crescimento de 1,8%. O consumo das famílias foi o principal motor do crescimento da economia em 2024.

A Inflação média anual em 2024 foi de 2,4%. Uma inflação muito mais controlada do que a sentida no ano de 2023 (4,3%). Esta descida deveu-se principalmente à desaceleração nos produtos alimentares não transformados que registaram uma variação média anual de 1,6%, bastante mais reduzida do que os 9,5% sentidos no ano de 2023.

A Taxa de desemprego sofreu uma pequena diminuição. Em 2023 foi de 6,5% e baixou para 6,4 % em 2024. A taxa de emprego também registou um aumento ligeiro de 0,1 p.p em 2024, passando para 56,4%. A população empregada em Regime de teletrabalho continua a aumentar. Estima-se que no último trimestre de 2024, cerca de 25% dos trabalhadores faziam teletrabalho, a maioria em regime híbrido.

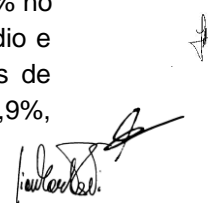
Os preços da Habitação em Portugal continuam a aumentar. Em 2024 os preços registaram uma subida de 9,1%. Subida essa mais elevada do que a sentida em 2023 (8,2%).

(Dados do INE)

2) Setor Segurador

Em 2024, o volume da produção de seguro direto em Portugal aumentou cerca de 21,2% relativamente a 2023, cifrando-se em 14,3 mil milhões de euros, dos quais cerca de 51% foram relativos aos ramos Não Vida e 49% ao ramo Vida, conforme informação publicada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

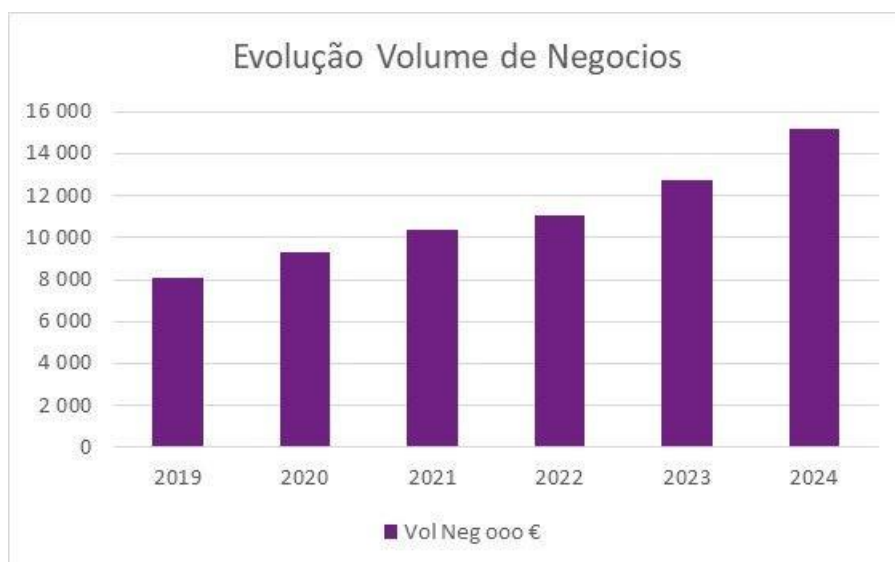
Os ramos Não Vida, mantendo a tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 10,5%, registando 7 350 milhões de euros. Destaca-se o crescimento de 17,5% no ramo Doença, cujo peso relativo passou a ser de 21% no final do período. O ramo Incêndio e Outros Danos (IOD) registou um acréscimo de 8% face à anuidade transata. Os ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel apresentaram também crescimentos de 9,7% e 9,9%, respetivamente.



O ramo Vida, ao contrário do ano anterior, registou um acréscimo de 34,9%, sendo relevante para este aumento a recuperação significativa verificada nos PPR, que cresceram 49,6%.

3) Atividade Operacional

Em 2024 a Willis manteve a tendência de crescimento do volume de negócios dos últimos anos tendo atingido o valor de 15.209.075 euros, que representa um crescimento 19,5% face ao ano de 2023.



O resultado operacional cresceu em 2,8 % face ao ano de 2023. Este crescimento deveu-se ao crescimento do volume de negócios que foi acompanhado pelo crescimento nos gastos de fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal.

4) Atividade desenvolvida em 2024

O ano de 2024 marcou o culminar do plano trianual “Growth, Simplify and Transform”, que visou criar um crescente dinamismo comercial e conectividade entre as várias áreas de negócio, assim como simplificar e otimizar estruturas, processos e tecnologia, com vista a tornarmo-nos ainda mais eficientes, evoluindo para uma operação ainda mais ágil e preparada para o futuro.

Portugal desempenhou e continuará a desempenhar um papel importante nesta abordagem global, como testemunha a evolução do Lisbon Regional Delivery Hub, que em 2024 continuou a aumentar o volume de trabalho para algumas das nossas operações na Europa.

5) Recursos Humanos

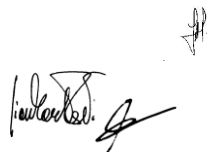
Em 2024 manteve-se a tendência de crescimento em número postos de trabalho, tendo sido atingido um número médio de 165 colaboradores.

Continuamos a apostar numa política de grande flexibilidade, baseada na responsabilidade dos colegas e na especificidade e exigência de cada função e/ou tarefa. Esta abordagem é um pilar importante da cultura WTW, baseada num conjunto de valores essenciais para nós e uma alavanca imprescindível no nosso objetivo de reter e atrair os melhores talentos.

Responsabilidade Social

Em 2024, o Comité de I&D para a WTW Portugal promoveu junto dos colaboradores da empresa a participação em diversos momentos e ações no âmbito da diversidade, equidade, inclusão e voluntariado, entre os quais:

- Organizámos um *quiz* sobre igualdade de género no âmbito da celebração do Dia Internacional da Mulher.
- Organizámos um mini workshop de teatro para estimular as capacidades de apresentação e improviso
- Voltámos a celebrar a multiculturalidade no dia 21 de maio (Dia Mundial para a Diversidade Cultural) com uma festa, onde foi possível provar comidas e bebidas de vários países.
- Foram organizadas várias sessões de conversação, onde os colegas puderam praticar a oralidade em Português, Espanhol, Italiano, Inglês e Alemão.
- Realizámos várias sessões sobre literacia financeira incidindo sobre os tópicos de: investimentos (sessão interna) e IRS (sessão com um interlocutor externo)
- Realizámos também uma sessão de esclarecimentos sobre feedback (tanto auto-avaliação como a avaliação de colegas) no âmbito do *year-end-review process*
- Em junho, celebrámos o mês de Pride, com a participação na Lisbon Pride Parade e no Arraial Lisboa Pride.
- Realizámos também uma festa alusiva ao Pride.
- Participámos mais uma vez, na organização do festival DiveIN com uma sessão chamada “Neurodivergence – Embracing Uniqueness” na presença de um médico, um recrutador e um profissional neurodivergente.
- Organizámos um quiz sobre os jogos paraolímpicos e desportos para pessoas com deficiência.
- Adicionalmente – fizemos um *team building* da equipa de *automation* com montagem de móveis que foram posteriormente doados à Casa Pia.
- Doámos algum material de escritório à Associação Renovar a Mouraria que dá apoio ao estudo a crianças e adultos migrantes a aprender português.
- Campanha de voluntariado de Natal



6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Reservas livres	3 398 457

7) Perspetivas futuras

Encaramos o futuro com otimismo e ambição. Conscientes de um contexto complexo, entendemos estar preparados para apoiar ainda mais e melhor os nossos clientes externos e internos e dessa forma manter o caminho de crescimento sustentado que nos tem caracterizado.

Vamos continuar focados em propor uma experiência de colaborador enriquecedora, inclusiva e desafiante, baseada na flexibilidade e responsabilidade.

8) Informações Diversas

Depois de alguma pesquisa, a Administração tem uma expectativa razoável de que a sociedade dispõe de recursos adequados para continuar a sua atividade operacional num futuro previsível. Dessa forma, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

Mais detalhes sobre o princípio da continuidade podem ser encontrados na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras.

Riscos e incertezas do ambiente económico

Eventos económicos globais e outros fatores, como políticas monetárias e fiscais expansionistas, contribuíram para uma inflação significativa em muitos dos mercados em que atuamos ao longo do tempo. Em particular, a inflação nos Estados Unidos, Europa e outras regiões geográficas atingiu recentemente níveis não observados em décadas, e observamos, e podemos continuar a observar, o seu impacto em diversos aspetos no nosso negócio. Em alguns casos, essa inflação teve ou poderá ter no futuro, um efeito negativo em nossas operações e situação financeira.

Para combater a inflação e restaurar a estabilidade de preços, diversos bancos centrais ao redor do mundo aumentaram as taxas de juros e, com a moderação da inflação, começaram a reduzi-las. Potenciais guerras comerciais, incluindo tarifas e ações retaliatórias, também podem contribuir para a inflação e/ou prejudicar o crescimento económico. Se as taxas de juros flutuarem e/ou as taxas de inflação ou as barreiras comerciais aumentarem, o crescimento económico em diversos mercados onde atuamos poderá ser prejudicado e poderá continuar a ter efeitos de longo prazo na economia global. A fragilidade da economia e a possibilidade de uma recessão global tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre nossos negócios e nossa condição financeira.

Além disso, as condições económicas dos Estados Unidos da América e do mundo têm o potencial de criar incerteza e volatilidade no mercado. Tais condições económicas gerais, como a inflação, estagflação, volatilidade política, custos de mão obra, custo de capital, taxas de juros e alíquotas de impostos, afetam nossas despesas operacionais, gerais e administrativas, e não temos controle ou capacidade limitada para controlar tais fatores. Se os nossos custos crescerem

significativamente além da nossa capacidade de gerar receita, nossas margens e resultados operacionais poderão ser impactados material e adversamente, e poderemos não ser capazes de atingir nossos objetivos estratégicos e financeiros. Essas condições também afetam os negócios de nossos clientes e os mercados que eles atendem e podem reduzir a procura pelos nossos serviços, aumentar a procura por ajustes de preços ou causar uma maior taxa de atrasos na cobrança ou perdas em nossas contas a receber, o que poderia afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Problemas graves na saúde pública podem, no futuro, afetar materialmente os negócios, os resultados operacionais e/ou a situação financeira da companhia. O impacto futuro de uma crise de saúde pública dependerá de desenvolvimentos futuros que não podemos prever. Problemas de saúde pública podem continuar a interromper, possivelmente de forma substancial, nossas operações comerciais e os serviços que prestamos, ou impactar nossas operações comerciais e resultados no futuro.

Além disso, os mercados norte-americano e global são afetados por conflitos geopolíticos de maneiras altamente imprevisíveis e estão atualmente a atravessar uma volatilidade e perturbações como resultado da guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia e dos conflitos no Médio Oriente. Essas guerras em curso e outros conflitos geopolíticos podem levar as novas perturbações no mercado e ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, perspectivas, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, com o impacto direto do ambiente tarifário dinâmico, que o grupo em geral e a empresa em particular não esperam que seja significativo enquanto as ações retaliatórias não se estenderem aos serviços, pode haver impactos indiretos adicionais, como mudanças no sentimento do consumidor, relações comerciais, atividade econômica, disposição para fazer negócios com empresas de origem/ligação ao mercado norte americano, pressões inflacionárias e distração de funcionários, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, operações e condição financeira.

A Empresa continuará monitorando a situação e avaliando quaisquer implicações para o nosso negócio e nossas partes interessadas.

OUTROS

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.



Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.

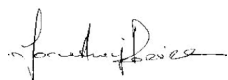
O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 16 de junho de 2025

O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)

BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em euros)


ATIVO	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	112 781	91 252
Ativos intangíveis	5	43 328	166 862
Ativos por impostos diferidos	7	304 045	299 370
Total do ativo não corrente		460 154	557 484
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	2 702 909	3 918 839
Acionistas	10	12 959 150	11 758 700
Outras contas a receber	8	1 847 031	843 456
Diferimentos	11	236 291	117 898
Caixa e depósitos bancários	4	2 736 281	2 293 628
Total do ativo corrente		20 481 663	18 932 521
Total do ativo		20 941 817	19 490 005
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reservas legais	12	120 000	120 000
Reservas livres	12	11 058 978	7 838 070
		11 778 978	8 558 070
Resultado líquido do exercício		3 398 457	3 220 908
Total do capital próprio		15 177 435	11 778 978
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1 356 000	1 289 000
Total do passivo não corrente		1 356 000	1 289 000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	1 573 320	3 191 448
Adiantamentos de clientes	8	1 039 963	1 458 858
Estado e outros entes públicos	9	611 765	777 533
Diferimentos	11	16 020	-
Outras contas a pagar	14	1 167 315	994 188
Total do passivo corrente		4 408 383	6 422 027
Total do passivo		5 764 383	7 711 027
Total do capital próprio e do passivo		20 941 817	19 490 005

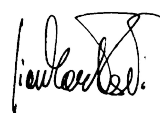
O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,


(Eulália Maria Machado Gomes)

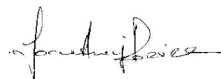

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



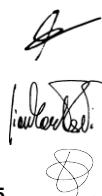
WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Montantes expressos em euros)


RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023
Serviços prestados	15	15 209 075	12 723 049
Fornecimentos e serviços externos	16	(2 672 075)	(1 623 155)
Gastos com o pessoal	17	(7 803 510)	(6 312 283)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	(2 481)	1 985
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	(67 000)	(277 961)
Outros rendimentos e ganhos	18	33 301	20 415
Outros gastos e perdas	18	(346 788)	(302 116)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 350 523	4 229 934
Gastos de depreciação e de amortização	5	(142 030)	(134 892)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 208 492	4 095 042
Juros e rendimentos similares obtidos	19	483 202	358 615
Resultado antes de impostos		4 691 694	4 453 657
Imposto sobre o rendimento do exercício	20	(1 293 237)	(1 232 749)
Resultado líquido do exercício		3 398 457	3 220 908
Resultado por ação básico		28,3	26,8

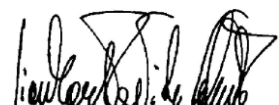
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

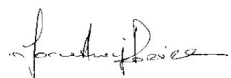
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,


(Eulália Maria Machado Gomes)


(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)


(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)


(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Reservas livres	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2022		600 000	120 000	5 063 445	2 774 625	8 558 070
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2022:						
Transferência para reservas livres	12	-	-	2 774 625	(2 774 625)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	3 220 908	3 220 908
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>600 000</u>	<u>120 000</u>	<u>7 838 070</u>	<u>3 220 908</u>	<u>11 778 978</u>
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2023:						
Transferência para reservas livres	12	-	-	3 220 908	(3 220 908)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	3 398 457	3 398 457
Saldo em 31 de dezembro de 2024		<u>600 000</u>	<u>120 000</u>	<u>11 058 978</u>	<u>3 398 457</u>	<u>15 177 435</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,



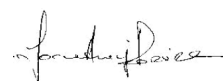
(Eulália Maria Machado Gomes)



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Montantes expressos em euros)

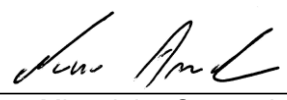
	Notas	31 dezembro 2024	31 dezembro 2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		141 545 637	129 559 684
Pagamentos a fornecedores		(130 668 021)	(118 907 332)
Pagamentos ao pessoal		(7 906 650)	(6 106 991)
Caixa gerada pelas operações		2 970 966	4 545 361
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 560 772)	(876 282)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4	(1 287 660)	340 040
Outros recebimentos / pagamentos		(248 710)	(150 253)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(126 176)	3 858 866
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		1 622 160	1 110 000
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(40 026)	(96 529)
Ativos intangíveis		-	(51 708)
Acionistas		(2 300 965)	(4 000 000)
Fluxos das atividades de investimento [2]		(718 831)	(3 038 237)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(845 007)	820 629
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 908 112	1 087 483
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 063 105	1 908 112

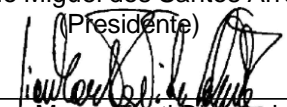
O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

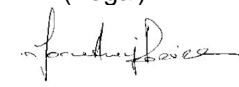
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,


(Eulália Maria Machado Gomes)


(Nuno Miguel dos Santos Arruda)


(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)


(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando esta como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2025.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como

a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição e desenvolvimento de software utilizado na atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros



Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis com menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Acionistas*



Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos

de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros, incluindo avaliações e análises de riscos, bem como assistência operacional a empresas e outros organismos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos

fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como “Gastos com o pessoal”.

3.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depósitos à ordem		
. Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	1 673 176	385 516
. Fundos recebidos de clientes Resseguro	267 734	1 478 792
. Fundos da atividade operacional	795 371	429 320
	<u>2 736 281</u>	<u>2 293 628</u>

São excluídos da rubrica de “Caixa e seus equivalentes”, para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

				2024						
Saldo Inicial							Saldo Final			
Amortizações e Depreciações Acumuladas				Amortizações e Depreciações do Exercício			Amortizações e Depreciações Acumuladas			
	Valor Bruto		Valor Líquido	Aquisições	Outros		Abates	Valor Bruto		Valor Líquido
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	145 924	(138 250)	7 674	-	(75)	(4 674)	(57 338)	88 511	(85 586)	2 925
Equip básico	91 176	(7 598)	83 578	40 026	-	(13 748)	-	131 202	(21 346)	109 856
	237 100	(145 848)	91 252	40 026	(75)	(18 422)	(57 338)	219 714	(106 932)	112 781
Ativos intangíveis										
Software	666 208	(499 346)	166 862	-	74	(123 608)	-	666 282	(622 954)	43 328
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	666 208	(499 346)	166 862	-	74	(123 608)	-	666 282	(622 954)	43 328
	903 308	(645 194)	258 114	40 026	(1)	(142 030)	(57 338)	885 996	(729 887)	156 109

				2023						
Saldo Inicial							Saldo Final			
Amortizações e Depreciações Acumuladas				Amortizações e Depreciações do Exercício			Amortizações e Depreciações Acumuladas			
Valor Bruto		Valor Líquido	Aquisições	Outros		Abates	Valor Bruto		Valor Líquido	
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	195 552	(183 665)	11 887	5 353	-	(9 566)	(54 981)	145 924	(138 250)	7 674
Equip básico	9 918	(9 918)	-	91 176	-	(7 598)	(9 918)	91 176	(7 598)	83 578
	205 470	(193 583)	11 887	96 529	-	(17 164)	(64 899)	237 100	(145 848)	91 252
Ativos intangíveis										
Software	813 915	(580 908)	233 007	51 708	(125)	(117 728)	(199 415)	666 208	(499 346)	166 862
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	813 915	(580 908)	233 007	51 708	(125)	(117 728)	(199 415)	666 208	(499 346)	166 862
	1 019 385	(774 491)	244 894	148 237	(125)	(134 892)	(264 314)	903 308	(645 194)	258 114

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são detalhados conforme se segue:

	2024	2023
Até 1 Ano	343 968	261 210
Entre 1 a 5 anos	730 304	700 858
A mais de 5 anos	10 871	0
	1 085 143	962 068

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

	2024	2023
Pagamentos mínimos	309 893	275 725
Outros	-	516
	309 893	276 241

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

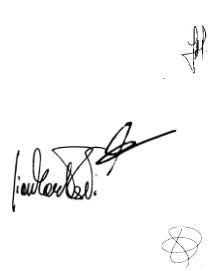
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Ativos por impostos diferidos” corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi o seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	299 370	260 183
Reforços (Nota 20)	4 675	54 188
Reversões (Nota 20)	-	(15 001)
	304 045	299 370

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024			2023		
	Valor	Bruto	Imparidade Acumulada	Valor	Bruto	Imparidade Acumulada
Cientes						
Conta Corrente	2 743 384		(40 475)	2 702 909	3 956 833	(37 994)
	2 743 384		(40 475)	2 702 909	3 956 833	(37 994)
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Serviços prestados a faturar	1 767 164		-	1 767 164	741 807	-
Outros devedores						
Cauções relativas a contratos de arrendamento	52 968		-	52 968	52 968	-
Adiantamentos ao pessoal	20 710		-	20 710	6 019	-
Juros a receber	-		-	-	39 409	-
Outros	6 189		-	6 189	3 253	-
	1 847 031		-	1 847 031	843 456	-
	4 590 415		(40 475)	4 549 940	4 800 289	(37 994)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7). Em 31 de dezembro de 2024, esta rubrica inclui 862.740 euros, relacionados com partes relacionadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 1.356.020 euros e 396.200 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2024	2023
Cientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	37 994	30 941
Reforços	31 803	37 994
Reversões	(29 322)	(21 696)
Utilizações	-	(9 245)
	40 475	37 994
Outros devedores		
Saldo inicial	-	18 283
Reforços	-	-
Reversões	-	(18 283)
	-	-

O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, corresponde a um gasto no montante de 2.481 euros e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de

dívidas a receber”.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta o montante de 1.039.963 euros e 1.458.858 euros respetivamente, correspondente a pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2024 e 2023.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 20)	1 297 912	1 271 936
Pagamentos por conta	<u>(1 038 206)</u>	<u>(755 785)</u>
	259 706	516 151
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	80 781	82 005
Contribuições para a Segurança Social	159 591	127 326
Imposto sobre o Valor Acrescentado	94 846	43 574
Outros impostos	16 840	8 477
	<u>611 765</u>	<u>777 533</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os membros dos órgãos sociais da Sociedade não foram remunerados, pelo exercício dos respetivos cargos.

Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Willis Ibéria	938 020	901	94 758	(8 850)
Willis Towers Watson France	596 058	-	4 000	-
Willis Towers Watson Versicherungsmakler GmbH	345 050	600	162 107	-
Towers Watson de España SA	112 099	-	-	-
Willis Towers Watson Limited	83 445	239 488	31 454	64 290
Willis Corretores de Resseguros Ltda (Brasil)	45 001	-	45 001	-
Willis Italia S.p.A.	25 965	22 224	-	-
Willis Towers Watson Sigorta ve Reasürans Brokerli	18 604	-	4 718	-
Willis Towers Watson SA NV	17 800	187 480	4 200	73 797
Willis Towers Watson Northeast, Inc.	8 453	-	11 599	-
Willis Towers Watson Midwest, Inc.	4 698	-	4 129	-
Willis Towers Watson Insurance Services West, Inc.	4 684	-	-	-
Willis Towers Watson Brokers (Singapore) Pte Ltd	2 149	-	-	-
Willis Towers Watson Polska	1 350	-	1 350	-
Willis AG	952	-	-	-
Willis Towers Watson US LLC	874	26 133	2 500	-
Willis International Limited	-	99 833	-	-
Willis Group Services Limited	-	55 132	-	-
Towers Watson Netherlands B.V.	-	37 828	-	-
Willis Group Limited	-	14 567	-	-
Willis North America Inc.	-	503	-	-
Gras Savoye Guinee	-	-	25 285	-
Willis I/S Denmark	-	-	3 000	-
Willis South Africa	-	-	-	4 579
Willis Insurance Services	-	-	2 098	-
Willis Insurance Broker (China)	-	(274 145)	-	444 975
	<u>2 205 201</u>	<u>410 543</u>	<u>396 200</u>	<u>578 791</u>
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	12 959 150	-	11 798 109	-
Towers Watson Portugal	13 558	207 181	-	69 000
	<u>12 972 709</u>	<u>207 181</u>	<u>11 798 109</u>	<u>69 000</u>
	<u>15 177 910</u>	<u>617 724</u>	<u>12 194 309</u>	<u>647 791</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 12.959.150 euros e 11.758.700 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19), correspondente a uma taxa de juro anual indexada à Euribor 1 mês, com um mínimo de 0%. Em 31 de dezembro de 2023, encontravam-se ainda registados em contas a receber um acréscimo de rendimentos por juros ainda não faturados, no montante de 39.409 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém um saldo negativo com a entidade Willis Insurance Broking (China) no montante de 274.145 euros, que corresponde a sinistros de resseguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade mantinha um saldo negativo com a entidade Willis Ibéria no montante de 8.850 euros, respeitante igualmente a sinistros de resseguros.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas “Clientes” e “Fornecedores”.

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2024	2023
Serviços prestados (Nota 15)	1 679 781	1 450 706
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(970 254)	(495 854)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	483 202	358 615
	<u>1 192 728</u>	<u>1 313 467</u>

O montante apresentado em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Diferimentos ativo		
Fundo de Compensação do Trabalho	48 688	48 688
Rendas	18 150	17 384
Seguros	75 034	32 073
Remuneração Flex	95 751	-
Outros diferimentos	(1 332)	19 753
	<u>236 291</u>	<u>117 898</u>
Diferimentos passivo		
Prestação serviços	(16 020)	-
	<u>(16 020)</u>	<u>-</u>

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada. Em 2020 o capital era detido em




99,95% pela Willis Iberia Correduria de Seguros Y Reaseguros, S.A., no entanto, em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade.

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta reserva encontrava-se totalmente constituída.

Aplicação do resultado:

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 3.220.908 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2023, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 2.774.625 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

O artigo 18, n.º 1, alínea b), do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de estrutura económico-financeira adequadas ao exercício da atividade. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º da Norma Regulamentar n.º 13/2020 R, de 30 de dezembro, a qual entrou em vigor em fevereiro de 2021, no âmbito da análise da adequação da estrutura económico-financeira do corretor de seguros pessoa coletiva, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, verifica se os indicadores de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez geral correspondem a valores iguais ou superiores, respetivamente a 15%, 20% e 100%. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade encontra-se a cumprir com os referidos indicadores.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser detalhado da seguinte forma:



	2024	2023
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	1 289 000	1 011 039
Reforços	67 000	325 500
Reversão	-	(47 539)
	<u>1 356 000</u>	<u>1 289 000</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade incluindo as contingências provenientes de pleitos judiciais em curso.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 21)	1 129 059	3 127 988
. Outros fornecedores	<u>444 261</u>	<u>63 460</u>
	<u>1 573 320</u>	<u>3 191 448</u>
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	710 883	757 668
. Honorários	46 002	29 702
. Seguros	-	-
. Outros	354 811	151 045
. Credores (Partilha Comissões) (Nota 21)	54 903	55 370
. Outros credores	<u>716</u>	<u>403</u>
	<u>1 167 315</u>	<u>994 188</u>
	<u>2 740 635</u>	<u>4 185 636</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecedores” inclui 467.421 euros e 578.791 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outras contas a pagar – Credores por acréscimos de gastos - Outros” inclui o montante de 150.303 euros e 69.000 euros, respetivamente, relacionado com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2024	2023
Corretagem Seguros	12 331 597	11 160 453
Mediação de Resseguros	186 716	319 063
Honorários	2 690 762	1 243 533
	<u>15 209 075</u>	<u>12 723 049</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Serviços Prestados” inclui 1.679.781 euros e 1.450.706 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referenciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Trabalhos especializados	1 556 737	876 894
Rendas e alugueres	367 800	329 474
Despesas de reestruturação	231 461	-
Comissões	216 203	140 912
Deslocações e estadas	63 188	45 888
Conservação e reparação	52 463	41 443
Seguros	37 310	28 769
Comunicação	26 648	20 008
Honorários	17 414	-
Despesas de representação	16 874	17 484
Outros	85 977	122 283
	<u>2 672 075</u>	<u>1 623 155</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos”

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

inclui 970.254 euros e 495.854 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo (Nota 10).

A rubrica despesas de reestruturação é relativa a custos de transformação da organização nomeadamente no âmbito do projeto Future of Finance.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	5 316 242	4 189 903
Encargos sobre remunerações	1 229 305	946 679
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	25 195	19 503
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	91 105	30 699
Indemnizações	49 780	369 840
Outros	1 091 883	755 659
	<u>7 803 510</u>	<u>6 312 283</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 165 e 111 colaboradores, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros” inclui essencialmente gastos com seguros de vida, doença, formação do pessoal, vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024	2023
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	6 545	6 963
Subsídios à exploração	-	3 992
Outros rendimentos e ganhos	26 756	9 460
	<u>33 301</u>	<u>20 415</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	305 204	286 409
Diferenças de câmbio desfavoráveis	26 388	3 240
Outros gastos e perdas	15 196	12 467
	<u>346 788</u>	<u>302 116</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros gastos e perdas – Impostos” respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	483 202	358 615
	<u>483 202</u>	<u>358 615</u>

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2024 e 2023 é de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

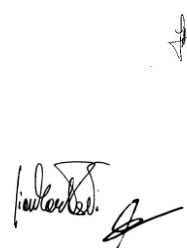
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2024	2023
Imposto corrente do exercício	1 297 912	1 271 936
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(4 675)	(39 187)
	<u>1 293 237</u>	<u>1 232 749</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:




WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024	2023
Resultado antes de impostos	4 691 694	4 453 657
Taxa nominal de impostos	22,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	1 055 631	1 002 073
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	15 075	34 577
Diferenças permanentes (ii)	21 572	41 406
Tributações autónomas	104 997	95 139
Derrama estadual	100 637	98 741
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	1 297 912	1 271 936

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2024	2023
Reforços / (Reversões) registados com provisões	67 000	171 957
Reforços / (Reversões) registados com imparidade (Nota 8)	-	(18 283)
	67 000	153 674
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	15 075	34 577

- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estes montantes tinham a seguinte composição:

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024	2 023
Benefícios fiscais	(20 479)	(27 351)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	11 153	111 396
Seguros de vida, doença e acidentes pessoais	-	1 750
Despesas não dedutíveis	5 165	11 243
Outros, líquidos	100 036	86 990
	<u>95 875</u>	<u>184 028</u>
Taxa nominal de imposto	<u>22,5%</u>	<u>22,5%</u>
	<u>21 572</u>	<u>41 406</u>

Nos exercícios de 2024 e 2023, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito à atribuição de cheques creche aos colaboradores.

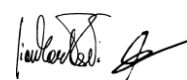
21. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

I - Nos termos do n.º 1 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Para este efeito são criados acréscimos de receitas para o período do risco ainda não faturados. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações auferidas pela Sociedade durante os exercícios de 2024 e 2023 foram recebidas em cheque, transferências bancárias ou descontadas nas prestações de contas efetuadas às empresas de seguros, sendo desagregadas da seguinte forma:

	2024	2023
Comissões Distribuição Seguros	11 761 526	10 987 581
Comissões Distribuição Resseguros	186 716	375 066
Outras Remunerações (Comissões)	570 071	116 869
Honorários por Distribuição de Seguros	499 721	304 581
Honorários por Prestação de Serviços	2 191 041	1 004 748
Outras Remunerações (Honorários)	-	(65 796)
	<u>15 209 075</u>	<u>12 723 049</u>

As rubricas Outras Remunerações englobam os acréscimos e diferimentos de remuneração fruto do critério de reconhecimento de receitas bem como as partilhas de remunerações com as empresas do Grupo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2024 e 2023 apresentam a seguinte composição:

	2024		
	Ramo		
	Vida	Não vida	Total
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	416 301	10 750 150	11 166 451
Outros Mediadores	-	595 074	595 075
	<u>416 301</u>	<u>11 345 224</u>	<u>11 761 526</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	-	499 721	499 721
	<u>416 301</u>	<u>11 844 945</u>	<u>12 261 247</u>

	2023		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	378 031	9 853 827	10 231 858
Outros Mediadores	-	755 723	755 723
	<u>378 031</u>	<u>10 609 550</u>	<u>10 987 581</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	-	304 581	304 581
	<u>378 031</u>	<u>10 914 131</u>	<u>11 292 162</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos liquidados às companhias de seguros e outros mediadores durante os exercícios de 2024 e 2023 independentemente do momento do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2024 e de 2023 apenas uma empresa de seguros representou mais de 25% das remunerações totais recebidas pela Sociedade, tendo atingido 31,3% e 29,6% respetivamente.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2022	<u>725 555</u>
Movimento do ano (débito)	118 743 374
Movimento do ano (crédito)	(119 083 413)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2023 (Nota 4)	<u>385 516</u>
Movimento do ano (débito)	126 567 364
Movimento do ano (crédito)	(125 279 704)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2024 (Nota 4)	<u>1 673 176</u>

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

f) Valores das contas a receber e a pagar

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos saldos incluídos em clientes e outras contas a receber, desagregados por origem, relacionados com a atividade de corretagem de seguros eram como segue:

	2024		2023	
	Clientes	Outras contas a receber	Clientes	Outras contas a receber
	(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 8)
Tomadores de seguro	1 824 321	-	3 514 209	-
Clientes	1 532 235	-	535 502	-
Empresas de seguros	42 613	-	-	-
Resseguro	(655 785)	-	(92 878)	-
Serviços prestados a faturar	-	1 767 164	-	741 807
	<u>2 743 384</u>	<u>1 767 164</u>	<u>3 956 833</u>	<u>741 807</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 1.356.020 euros e 396.200 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta um saldo no montante de 1.039.963 euros e de 1.458.858 euros, respetivamente, correspondente aos pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2024 e 2023.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe dos saldos incluídos em fornecedores e outras contas a pagar relacionados com a atividade de corretagem de seguros apresentavam a seguinte composição:

WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

	2024		2023	
	Fornecedores	Outras contas	Fornecedores	Outras contas
	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)
Empresas de seguros	2 009 097	-	2 281 118	-
Resseguro	(880 038)	-	846 870	-
Mediadores		54 903		55 370
	<u>1 129 059</u>	<u>54 903</u>	<u>3 127 988</u>	<u>55 370</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecedores” inclui 84.939 euros e 578.791 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10), relacionados com a atividade de corretagem de seguros.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2024		2023	
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1 155 490	-	1 798 190
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2 725 326	2 725 326	4 111 677	4 111 677
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(1 187 834)	(1 339 014)	(558 163)	(455 139)
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
· Já cobrados	-	(144 494)	-	(225 832)
· Por cobrar	-	(228 286)	-	(405 642)
Outros valores:				
· Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	1 570 427	-	535 502	-
· Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	-	(1 039 963)	-	(1 354 502)
· Recebimentos de clientes após fecho contabilístico ainda não processados	-	-	-	-
· Outros valores	(364 535)	-	(132 183)	(340 764)
	<u>2 743 384</u>	<u>1 129 059</u>	<u>3 956 833</u>	<u>3 127 988</u>

^(a) valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidade

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2024		2023	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	529 865	-	2 373 408	-
De 1 a 3 meses	1 146 438	-	723 073	-
De 3 a 6 meses	644 132	-	358 085	-
	<u>2 320 435</u>	<u>-</u>	<u>3 454 566</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	160 462	19 156	377 183	35 576
Entre 1 e 2 anos	218 353	16 505	67 265	2 418
Superior a 2 anos	44 134	4 814	57 819	-
	<u>422 949</u>	<u>40 475</u>	<u>502 267</u>	<u>37 994</u>
	<u><u>2 743 384</u></u>	<u><u>40 475</u></u>	<u><u>3 956 833</u></u>	<u><u>37 994</u></u>

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.

I) Descrição de obrigações contingentes

À data de 31 de dezembro de 2024, estão em curso dois processos judiciais, sendo que num deles apesar de não existirem alegações contra a Willis, o juiz rejeitou a saída do processo, tendo já sido agendada a marcação do julgamento para o dia 30 de outubro de 2025. No outro processo, o mesmo encontra-se em fase de inquérito. O Conselho de Administração da Sociedade entendeu, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, registar nas contas da Sociedade o valor de 375.000 euros para fazer face a eventuais indemnizações a pagar pela Sociedade e aos custos associados a estes processos judiciais (honorários de advogados, taxas de justiça, etc.).

II - Nos termos do n.º 2 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, divulga ainda a seguinte informação:

a) Quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas à Sociedade em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens face ao total de remunerações provenientes de empresas de seguros:

	2024			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	85 602	3 753 530	3 839 132	31,3%
Generali Seguros, S.A.	130 866	2 559 508	2 690 374	21,9%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	6 683	1 006 922	1 013 605	8,3%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	-	804 072	804 072	6,6%

	2023			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	106 114	3 236 874	3 342 988	29,6%
Generali Seguros, S.A.	103 221	2 338 037	2 441 258	21,6%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	7 398	1 019 080	1 026 478	9,1%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	-	870 231	870 231	7,7%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos liquidados durante os exercícios de 2024 e 2023, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

III - De acordo com o n.º 3 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto mediador de resseguros, divulga ainda a seguinte informação:

- a) Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Willis não recebeu fundos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança.
- b) Durante os exercícios de 2024 e 2023, não foram confiados à Willis pelas empresas de resseguro fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas.

22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 18º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 23.480 euros ou, se superior, ao valor correspondente a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

Dos fundos referidos acima, excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC e Lusitania no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.

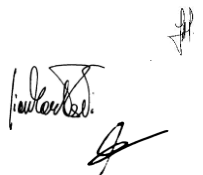
Continuidade das operações

Os Administradores avaliam anualmente se existem condições ou eventos, considerados em conjunto, que levantam uma incerteza material sobre a capacidade da Sociedade continuar a sua atividade no prazo de um ano após a data em que as demonstrações financeiras são emitidas. A avaliação dos Administradores baseia-se em condições e acontecimentos relevantes que são conhecidos e razoavelmente perceptíveis à data em que as demonstrações financeiras são emitidas.

As atividades empresariais da Sociedade e os fatores suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento e posição futura, incluindo o impacto atual e esperado de mudanças como resultado de acontecimentos mundiais, são definidos no relatório de gestão.

A Sociedade atende às suas necessidades diárias de fundo de manuseio através de um acordo cash pooling gerenciado pela tesouraria da WTW que analisa as previsões e projeções da Sociedade, tendo em consideração mudanças razoavelmente possíveis nas taxas de juro, demonstrando que a Sociedade deve ser capaz de operar dentro do nível do seu atual acordo.

Tendo avaliado as respostas às questões colocadas, incluindo o impacto atual e esperado das mudanças resultantes de acontecimentos mundiais, os Administradores não têm motivos para acreditar que exista uma incerteza material que possa lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade continuar em atividade ou a sua capacidade de reembolsar periodicamente os empréstimos devidos. Como consequência do levantamento das respetivas informações, os Administradores têm uma expectativa razoável de que a Sociedade dispõe de recursos apropriados para continuar a sua existência operacional por um período de pelo menos doze meses a partir da data de aprovação das demonstrações financeiras. Por esta razão, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2024.

Lisboa, 16 de junho de 2025

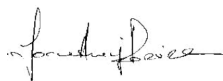
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)




(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 20.941.817 euros e um total de capital próprio de 15.177.435 euros, incluindo um resultado líquido de 3.398.457 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de junho de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da
Willis – Corretores de Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2024 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, a qual não contém reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 23 de Junho de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto